

**17º Congresso de Iniciação Científica****REPRESENTAÇÕES DA ASSIMILAÇÃO DO INDÍGENA NO PERÍODO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL****Autor(es)**

RAFAEL DE PAULA CARDOSO

Orientador(es)

VÍRGÍNIA CÉLIA CAMIOTTI, LUIZ FRANCISCO ALBUQUERQUE DE MIRANDA

Apoio Financeiro

FAPIC/UNIMEP

1. Introdução

Em meados do século XVIII, os vínculos entre Portugal e sua colônia americana foram reconfigurados. O Brasil paulatinamente despontava, dentro de uma imagem integrada de um Império luso-brasileiro, como “porção privilegiada”, necessária às reformas que superariam a decadência econômica portuguesa diagnosticada pelos intelectuais ilustrados. Para superar esse obstáculo, as reformas pedagógicas direcionaram-se para um esquema humanístico-científico, que permitiu a investigação das potencialidades naturais do Reino, principalmente do Ultramar, por meio das viagens ao interior da América portuguesa, demarcando fronteiras e catalogando sua natureza (SILVA, 2006, 108-109). O conhecimento do interior da colônia americana era fundamental para proteger uma área de disputa com a Coroa espanhola, o que implicava pensar formas de assimilar o indígena enquanto vassalo da Coroa e fiel protetor de seus domínios. Nesse contexto, viajantes, pensadores e burocratas refletiram sobre como tornar o Novo Mundo uma extensão do “mundo civilizado europeu” (PRATT, 1999, p.42). Isso implicava repensar a “natureza” dos habitantes do Novo Mundo e as melhores medidas para sua integração ao “mundo civilizado”. Se no período das Grandes Navegações a Europa mostrou-se resistente em reconhecer o indígena como parte integrante da humanidade, em meados século XVIII o tenso debate entre os defensores do “primitivismo” e os detratores da figura do homem americano “selvagem” e “bárbaro” foi fundamental num momento de “verdadeira reflexão antropológica” (MAROUBY, 1990, p. 100-102). Desse período de redefinição da imagem do “selvagem” na Europa, participam os intelectuais luso-brasileiros com projetos para o Brasil, pretendendo, quando possível, civilizar os autóctones, integrando-os ao Império luso-brasileiro.

2. Objetivos

Ao lado dos escravos africanos e da população mestiça, o indígena foi representado como empecilho para o avanço do processo civilizador. Buscamos investigar as diferentes matrizes dessa representação nos relatos de viagem do naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, na obra Memória da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo do frei Gaspar da Madre de Deus e na obra Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil, do padre Manuel Aires de Casal. Mesmo reconhecendo a singularidade de cada um e eventuais antagonismos, buscamos aqui identificar o conjunto imagético compartilhado pelos três, quanto à representação do indígena e sua assimilação ao “mundo civilizado”.

3. Desenvolvimento

Primeiramente realizamos a leitura da bibliografia levantada, buscando estudar os temas relacionados à formação política e intelectual da elite luso-brasileira e os problemas ligados à assimilação da população indígena ao Império português; problema relacionado com a representação do homem americano efetuado por intelectuais europeus do século XVIII. Munidos dessas referências iniciamos a análise das obras *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil* (1817), do padre Manuel Aires de Casal; a *Memória da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo* (1797), do Frei Gaspar da Madre de Deus; juntamente com os relatos do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, feitos durante sua viagem ao rio Negro entre 1786 e 1787, publicados pelo Museu Paraense Emílio Goeldi e a monografia *Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos no território dos Rios Amazonas, Negro e Madeira* escrita em 1790. Conforme as leituras ocorriam, realizamos reuniões periódicas com o orientador nas quais nossas observações eram transmitidas e fichas cadastrais dos documentos eram preenchidas. A partir da análise da documentação, notamos que a suposta “natureza” e modo de vida do indígena são representados pelos signos da selvageria e da barbárie. Isolados ou vivendo a parte do Estado e da economia de mercado, os indígenas são considerados pelos autores em tela como um empecilho para o progresso e estabelecimento do Estado luso-brasileiro, sendo, portanto, necessário sua incorporação ou extermínio.

4. Resultado e Discussão

Apresentaremos, aqui, uma das questões mais discutidas nos autores em tela, e que evidencia as representações do indígena: o modo pelo qual os indígenas, considerados selvagens, deveriam ser assimilados aos domínios do Estado, ou seja, ao “mundo civilizado”. Frequentemente o indígena é identificado como um perigo que “erra” pelo “sertão”, impedindo o progresso da colônia, portanto, era urgente a sua assimilação. A primeira via de assimilação identificada foi a ação dos sertanistas, como forma de retirar o indígena dos “sertões”, estabelecendo-os nos aldeamentos. Ferreira aconselha em relação ao indígena “acarinha-los, e o evitar-lhe toda a injustiça e vexação”, visto que sua “inconstância” podia fazê-los desertar. (s/d, p.165). No entanto, a violência foi algo recorrente no trato do indígena e, apesar de algumas vezes condenada, é reconhecida em alguns momentos. Casal aprova a ação violenta contra os indígenas, sendo necessário o uso da violência para “obstar às invasões dos bárbaros” e principiar novas povoações (s/d, p.222). Madre de Deus elogia a ação dos paulistas, representando-os como o “instrumento, talvez por Deus escolhido, para introduzir no grêmio na sua Igreja a maior parte daqueles dois milhões de almas” (s/d, p.130). Outra via de assimilação da população é a catequização, principalmente a realizada pelos jesuítas. Segundo Ferreira, as missões jesuíticas “têm formado mais homens nestas nações bárbaras do que as armas vitoriosas dos príncipes que as subjugaram”. Isso se deve sobre tudo à “doçura, o bom exemplo, a caridade e o exercício da virtude constantemente praticado pelos missionários”, vencendo-se a “desconfiança e ferocidade” dos “selvagens”. Para Ferreira “nenhuma outra coisa faz tanta honra à religião como a de ter civilizado estas nações e lançado os fundamentos de um império sem outras armas que não a da virtude” (1972, p.95-96). Casal destaca a ação dos jesuítas castelhanos nos Sete Povos das Missões, um importante conjunto de “reduções” capaz de “melhor civilizar e trazer ao cristianismo” os indígenas (s/d, p.84). A respeito da representação do índio cristianizado, Casal afirma que devido à “natural inconstância” é preciso muito trabalho para fazê-los “bons cristãos” (s/d, p.19). Isso se deve a “inconstância” desses povos, dificultando o trabalho dos jesuítas em “polir” essas nações, ensinando-lhes todas as artes úteis (s/d, p.78). Ferreira destaca que a dificuldade em cristianizar os indígenas encontra-se no seu “genio e costumes” e sua inclinação para a “vida no mato”. Cristianização e estabelecimento das povoações indígenas no espaço civilizado tem como objetivo principal, além de civilizar os selvagens, colocá-los como vassallos da Coroa portuguesa, outra forma de assimilação do indígena. A vassalagem era fundamental principalmente com os líderes de cada “nação” indígena, favorecendo o estabelecimento dos domínios da Coroa. Nesse sentido, Madre de Deus destaca a figura de Tibiriçá, importante líder indígena que aliou-se à Martim Afonso no seu desembarque nas terras de São Vicente. Ao longo dos dias, outras aldeias vieram com “intenção de hostilizarem aos forasteiros (Martim Afonso); vendo porém que os favorecia Tibiriçá, seguiram o seu exemplo e contraíram amizade com os portugueses”. A partir daí, Martim Afonso seguiu território adentro levantando “vários padrões nos lugares convenientes, para testemunharem a posse que tomara pela Coroa de Portugal” (s/d, p.56). Nessa narrativa vemos a importância atribuída à Tibiriçá como mediador entre os bárbaros e os civilizados, apresentado como uma autoridade, um “soberano” de um espaço por vezes descrito como carente de formas de governo. Tibiriçá, porém, é visto como o “régulo mais poderoso” (s/d, p.232). Mas o ponto que gostaríamos de salientar é que, no texto de Madre de Deus, ele surge como vassallo submetido à Coroa capaz de ajudar a instaurar a nova ordem. A vassalagem dos índios articula-se evidentemente com a defesa e fortalecimento do império luso-brasileiro, mas devemos ressaltar que ela também é vista como passo fundamental para civilização dos mesmos, além de possibilitar um lugar na ordem civil luso-brasileira. Essa inserção seria fundamental para o progresso da colônia, visto que a integração do indígena ao “mundo civilizado” impediria que ele ficasse disperso pelo “sertão”. Segundo Casal, a incorporação ou submissão do indígena possibilitariam a abertura de novos caminhos e rotas de navegação, impulsionadas pela ocupação dos colonos, fará com que “os malfazejos indígenas tornar-se-ão menos atrevidos; e talvez se sujeitem ou retirem” (s/d, p.108). Esboça-se assim, uma quarta via de assimilação do indígena, tendo o trabalho como fator fundamental. Casal esperava que quando os povos indígenas se inserissem no comércio, comessem a experimentar as “vantagens” dos instrumentos de ferro e do vestuário “aquietando-se, e comunicando de boa fé com eles”, possibilitando o “florescimento” da colônia, além de abrir “comércio

com algumas produções do país” (s/d, p.142). Sobre a agricultura indígena em Camará, Ferreira identifica algumas mudanças nos costumes indígenas. Segundo Ferreira, “esta gente não é tão falta, como se pensa, das idéias de interesse; o ponto está em da nossa parte sabermos fomentá-las”. Esses “índios aldeados” já estimam a “camisa de bretanha com seus punhos, o calção de tafetá encarnado, o chapêo à nossa moda (...) quando se envergonhão de não terem a tal farça, eles, não deixão de trabalhar o que pôdem para a adquirirem” (s/d, p.160). Dessa forma, os pólos de comércio distinguem-se do mundo selvagem e, pelos seus “benefícios”, atraem a população que ainda vive no “mato”. Assim, o trabalho seria fundamental para a mudança dos costumes dos indígenas, imputando-lhes “interesses” e retirando-os da “apatia”, mudando sua “natureza”. Apesar dos autores em tela apresentarem algumas soluções para assimilação do indígena, notamos em Ferreira e Casal, mais enfaticamente, a representação do processo civilizador como ineficaz e imperfeito. A imagem do “índio assimilado” acaba exibindo, em muitos casos, os signos da “vida selvática”. Sobre o emprego dos indígenas nas atividades produtivas e sua inserção na ordem civil, Casal afirma que “nada ainda pode mudar-lhes a indolência natural, nem inspirar-lhes sentimentos nobres de glória, honra, nem interesses” (s/d, p.36). Segundo Casal, mesmo os batizados e aldeados quando assumiram a posição de vassalos desertaram, retornando ao seu “natural modo de vida”, transformando-se nos mais “formidáveis inimigos dos cristãos” (s/d, p.154). Ferreira salienta que nada os convida os indígenas para “descer por seu pé”, sendo o “abrigo das leis, a segurança da vida, a salvação das almas” vantagens que desconhece, e “si as conhece, não se lhe dá de as perder (...) toda a sua paixão e saudade é pelo mato que deixarão; ali o apetite animal é a lei dos costumes” (s/d, p.154-155). O viajante afirma que os índios que participam dos descimentos “desgostam-se” muito facilmente. Basta que o diretor o advirta e que o vigário cobre suas obrigações de aprender a doutrina para se batizar, esses motivos são suficientes para que ele comece a “desconfiar” de tudo e mesmo recorrendo ao bom trato “não mudão de conduta; quanto a mim (Ferreira) são gallos do campo, que por mais milho que se lhes deite, com dificuldade se habituão às capoeiras” (1972, p.111).

5. Considerações Finais

Nesse inventário das representações a respeito do indígena percebemos a presença constante do índio como empecilho para a efetiva ocupação do território pelos colonos, assim como para o seu progresso. Para contornar tal problema, os autores investigados, mesmo que indiretamente, nos apresentam algumas vias de assimilação do indígena, a saber: o estabelecimento e sedentarização da população indígena em aldeias pela ação de colonos ou sertanistas; a catequização como a promovida pelos jesuítas; a aceitação da vassalagem e submissão à Coroa portuguesa; a participação efetiva dos indígenas nas trocas comerciais e na agricultura, o que garantia sua relação com o “espaço civilizado”. Essas vias tinham, em última instância, o objetivo de civilizar o “índio selvagem”, integrando-o aos domínios portugueses enquanto vassalo e fiel protetor dos domínios do monarca. No entanto, nas representações sobre a assimilação do indígena prevalecem os traços de sua suposta “natureza”, pois ele sempre é caracterizado como “errante”, “inconstante” e “apático”. Nesse sentido, Ferreira os define como “galos do campo” e Casal afirma que os assimilados “não melhoram do natural” (s/d, p.308). Apesar das diferenças entre os autores, o cientista viajante e o clérigo cortesão, em grande medida, compartilham o mesmo quadro imagético.

Referências Bibliográficas

- CASAL, Manuel Aires de. Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=16550. Acessado em: 17 de agosto de 2009.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica ao Rio Negro. Belém/Brasília: Museu Paraense Emílio Goeldi/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, s/d.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigue. “Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos no território dos Rios Amazonas, Negro e Madeira” In: Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato-Grosso e Cuiabá. Memórias: zoologia e botânica. Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- MADRE DE DEUS, Gaspar. Memórias para a história da Capitania de S. Vicente hoje chamada de S. Paulo. São Paulo: Martins, s/d.
- MAROUBY, Christian. Utopie et primitivisme. Essai sur l’imaginaire anthropologique à l’Age Classique. Paris: Editions de Seuil, 1990.
- PRATT, Mary Louise. Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: Edusc, 1999.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. Inventando a nação – intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (1750-1822). São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2006.